

APRENDIZAGEM INCLUSIVA E AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA DE ALUNOS AUTISTAS

Larissa Oliveira Truyts ¹
Patricia Renata Anequini Bonilha ²

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), popularmente conhecido como autismo, é um transtorno no desenvolvimento neurológico, que causa comprometimento nas habilidades de comunicação, social e um comportamento específico, focado em interesses restritivos, alterações sensoriais, como hiper ou hipo sensibilidade e movimentos repetitivos.

Schwartzman (2011), explica déficits qualitativos e quantitativos comportamentais, sociais e de comunicação como as principais características do TEA.

Em um espectro, há muitas nuances de transtorno, tornando cada autista tão único quanto os neurotípicos, por isso, o símbolo que representa o TEA é um laço com vários quebra-cabeças, que procura criar uma analogia à complexidade e diversidade da deficiência.

Este trabalho propõe discutir o conceito de avaliação de alunos com TEA e as ações que proporcionem a inclusão dos alunos em sala de aula. Para isso, estabeleceu-se como problema de pesquisa: como os professores podem tornar a aprendizagem inclusiva e avaliar o desenvolvimento escolar dos alunos autistas?.

O objetivo geral deste trabalho foi pesquisar estratégias pedagógicas utilizadas nos trabalhos com autistas. Como objetivos específicos pretendeu-se conhecer estratégias pedagógicas que possibilitam uma sala de aula mais inclusiva e, entender como avaliar a aprendizagem destes alunos.

Em um estudo apresentado por Paiva Junior (2020) realizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), considera a estimativa de que aproximadamente 1% da população mundial esteja dentro do espectro do autismo, a maioria sem diagnóstico ainda, sendo que um terço

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade Inesp, larissa.truyts@inesp.edu.br

² Professora Orientadora: Especialista em Educação Especial e Psicomotricidade, Faculdade Inesp, patricia.bonilha@inesp.edu.br

tenha algum tipo de Deficiência Intelectual (DI). No Brasil, segundo a OMS pode ter mais de 2 milhões de autistas.

Em 27 de dezembro, a Lei nº 12.764, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que assegura os autistas vários direitos, dentre eles a aprendizagem inclusiva.

Quando se pensa em um aluno autista, se vê a necessidade de uma educação inclusiva, e que no Brasil é uma das maiores dificuldades encontradas em sala de aula, bem como a forma de avaliação da aprendizagem desses alunos.

METODOLOGIA

A metodologia usada para desenvolver esse trabalho é a pesquisa bibliográfica, apoiando-se na legislação vigente, em artigos científicos e publicações recentes sobre o autismo, inclusão e práticas pedagógicas em sala de aula para alunos com necessidades especiais. A partir da pesquisa bibliográfica considerou-se possível discutir caminhos e técnicas para a aprendizagem inclusiva e avaliação pedagógica dos alunos autistas.

Correia (2008) entende que a pesquisa bibliográfica permite a compreensão de um conceito enquanto se realiza um processo de localização de informações, consulta de fontes diversas que proporcionem progredir na investigação de um tema de interesse do pesquisador.

Esta pesquisa nasceu da discussão sobre o tema inclusão na disciplina de Atendimento Educacional Especializado, do curso de Pedagogia. O interesse inicial gerou reflexões e inquietações que mobilizaram o projeto de pesquisa que sustenta esta pesquisa bibliográfica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A avaliação é uma etapa do processo de aprendizagem, e não o fim como muitos pensam, ela permite ao professor avaliar os alunos e a si mesmo, possibilitando que a metodologia seja revista e repensada. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN, 1996 s.p.), em seu artigo 24º discorre sobre esse tema: “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.



A avaliação como muitos educadores aplicam, é a parte final de um processo de aprendizagem.

A avaliação deve ser em primeiro lugar (embora não somente) avaliação dos resultados pretendidos. Se não tivermos clareza sobre o que exatamente queremos que os alunos consigam, os objetivos ou resultados serão definidos no final pelo modo como avaliamos. A primeira coisa a ser procurada na avaliação é a coerência com aquilo que se pretendia que os alunos conseguissem. (MORALES, 2003, p. 10)

Os procedimentos de avaliação para alunos com Deficiência Intelectual (DI) devem satisfazer as suas necessidades educacionais. Manchini (2014, p. 34) explica que, ao se avaliar um aluno com deficiência intelectual, deve-se levar em conta toda e cada singularidade do mesmo.

O professor deve conhecer as potencialidades, dificuldades e limitações de seus alunos, para depois realizar o trabalho educacional, em que utilize procedimentos de ensino específicos, que contribuam para a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com DI na classe comum.

Loureiro (2020) afirma que os autistas ainda sentem a dificuldade em acompanhar os conteúdos escolares em maior parte, por causa da falta de metodologias adequadas.

Antes de pensar em avaliação, é necessário que o professor procure recursos para tornar a aprendizagem desse aluno com TEA mais efetiva, o que torna primordial que o educador tenha um olhar minucioso para com o aluno e identifique a forma como ele absorve o conhecimento, seja por meio de uma atividade, jogos ou trabalhos. Neste contexto, Kupfer e Petri (2000, p. 116), afirmam que

As crianças autistas possuem ilhas de inteligência preservadas, que podem desaparecer caso não as ajudemos a lhes dar sentido. Podem por falta de sentido, direção, porque não são utilizadas para alcançá-las no outro, desaparecer, ou se transformar em estereotípias. Assim, a frequência à escola acaba sendo um instrumento crucial, se não de crescimento, ao menos de conservação das capacidades já adquiridas.

Trentin (2013) explica que, é possível pensar que o conhecimento se constrói a partir de estratégias pedagógicas que se preocupam com a singularidade de cada aluno. Segundo Vygotsky (1978 *apud* SANTOS, 2013) o professor deve atuar na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do alunos, explicando que esta é a distância entre o nível de desenvolvimento real – onde os alunos conseguem resolver os problemas sozinhos e o nível de desenvolvimento potencial – onde ele resolve problemas com a ajuda do professor, entendendo que “cada criança



dentro de sala de aula se desenvolve, amadurece e aprende de forma particular, ou seja, atinge expectativas de aprendizagens únicas e que a todo tempo deve ser valorizada e estimulada a atingir níveis cada vez mais elevados” (VYGOTSKY, 1978 *apud* SANTOS, 2013, p.13).

Assim, ao entrar em uma sala de aula, o professor não deve ter em mãos apenas um plano coletivo para avaliar a todos. Há a necessidade de se conhecer cada criança e suas especificidades, o que possibilita a construção de um plano de acompanhamento de seu aprendizagem e as melhores estratégias para auxiliá-la neste processo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As estratégias pedagógicas que os educadores podem usar na aplicação das atividades, devem ser elaboradas e adaptadas de acordo com a necessidade do aluno, facilitando o processo, não fazer comparações com as atividades de outros alunos, mas avaliar a criança com ela mesma, de acordo com o seu desenvolvimento de forma única, e estabelecer um plano de ensino individualizado.

O professor passa a ser um mediador do conhecimento, que de acordo com Vygotsky *apud* Sforzi (2010, s.p.) mediador “é quem ajuda a criança concretizar um desenvolvimento que ela ainda não atinge sozinha. Na escola, o professor e os colegas mais experientes são os principais mediadores.”

Segundo Libâneo (2004, p. 5), na tarefa de mediação “o professor se põe entre o aluno e o conhecimento para possibilitar as condições e os meios de aprendizagem, ou seja, as mediações cognitivas”.

É preciso que o professor tenha um olhar atento e sensível para com seus alunos e em especial para com o aluno com TEA, de acordo com Loureiro (2020, p. 20) “essas crianças pensam de maneira diferente, não porque não são capazes de fazê-lo corretamente, mas porque sua forma de interagir com o mundo e de categorizá-lo não é a mesma que a de outras crianças”

E por se tratar de um espectro, uma atividade em específica pode não trazer o mesmo resultado para dois alunos com TEA, por isso a extrema importância em se atentar a suas singularidades.

O professor pode se apropriar de algumas estratégias apontadas pela ciência do comportamento, como a comunicação clara, a rotina e o uso de recursos visuais para incluir o aluno autista na sala regular. A forma de ensinar e avaliar depende do olhar atento para o indivíduo, para suas habilidades e dificuldades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um cenário promissor, todas as estratégias são um grande avanço para uma aprendizagem de qualidade, porém, ainda encontra-se muitas dificuldades na aplicação da prática. No decorrer dessa pesquisa, pôde-se perceber que não existe uma receita de incluir essas crianças na escola, e não se deve seguir métodos básicos da Concepção Pedagógica Tradicional, já que não há como homogeneizar as turmas e a trata-las dessa forma.

É importante compreender as diferenças e conhecer os alunos, para que assim a turma tenha um desenvolvimento da aprendizagem. Portanto, pode-se entender que uma avaliação justa depende da inclusão em sala, e das estratégias pedagógicas que o professor irá adequar a sua turma.

É papel da escola e do professor que a diversidade humana seja reconhecida e respeitada de tal forma que oportunize aos estudantes as metodologias específicas de acordo com suas particularidades e formas de aprender, assim como uma avaliação pedagógica adequada com os objetivos de aprendizado desse aluno. Esse é o primeiro passo para uma sociedade justa e inclusiva.

Palavras-chave: Autismo; Avaliação, Inclusão, Aprendizagem

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 24 out. 2020.

KUPFER, Maria Cristina. M; PETRI, Renata. Por que ensinar a quem não aprende? Estilos da Clínica. São Paulo, vol.5, n.9, 2000. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v5n9/_08.pdf>. Acesso em 19 out. 2020

LIBÂNEO, J. C. A didática e aprendizagem do pensar e do aprender: a Teoria Histórico-cultural da Atividade e a contribuição de Vasili Davydov. Revista Brasileira e Educação. Rio de Janeiro, n. 27, Set/Out/Nov/Dez 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a01.pdf>. Acesso em 21 out. 2020

LOUREIRO, Paulo Victor Paula. Tecnologias educacionais e autismo: variáveis que interferem no processo de ensino e aprendizagem. Curitiba: Booknando Livros, 2020.

MANCHINI, Francislayne. Procedimentos pedagógicos para favorecer a inclusão de alunos com deficiência intelectual no ensino regular: um estudo bibliográfico. Disponível em file:///C:/Users/User/Desktop/6semestre/desdo%20teoria%20psicanalit/2014%20FRANCISLAYNE%20MANCHINI.pdf> Acesso em: 19 set. 2020

MORALES, Pedro SJ. Avaliação escolar: o que é, como faz. São Paulo: Edições Loyola. 2013.

NEUROSABER, Instituto. Como avaliar as aprendizagens dos alunos com deficiência?. Instituto NeuroSaber. Disponível em < <https://institutoneurosaber.com.br/como-avaliar-as-aprendizagens-dos-alunos-com-deficiencia/>> Acesso em: 19 set. 2020

PAIVA JUNIOR, Francisco. O que é autismo? Saiba as definições do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Revista Autismo. Disponível em: < <https://www.revistaautismo.com.br/o-que-e-autismo/>>. Acesso em: 24 out. 2020.

SCHWARTZMAN, José Salomão; ARAÚJO, Ceres Alves de. Transtornos do espectro do autismo. São Paulo: Memnon, 2011.

TRENTIN, V. B. Avaliação da aprendizagem frente a inclusão escolar. Disponível em < https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7571_4263.pdf> Acesso em: 19 set. 2020.

SANTOS, Neide Pereira. O desenvolvimento intelectual da criança com autismo e o método TEACCH. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade Método de São Paulo, 2013.

SFORNI, M. S. de F. Aprendizagem e desenvolvimento: o papel da mediação. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2010/aprendizagem_desenvolvimento_papel_mediacao.pdf Acesso em 20 out. 2020